



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 17/2012

*Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim*

*Realizada em 26 de setembro de 2012*

----- Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e doze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores, José Carlos da Palma Pereira, José D'Assunção Pereira Galrito, Osvaldo dos Santos Gonçalves e Hugo Miguel Gago Barradas, respetivamente Vice-Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** A Câmara considerou justificada a falta do Senhor Presidente, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Vice-Presidente pôs à discussão a ata n.º 15/2012, da reunião pública ordinária realizada no dia 12 de setembro de 2012, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-  
dois da Tesouraria (n.º186) respeitante ao dia 25 de setembro, que apresentava  
os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 2.772.192,86 (dois milhões,  
setecentos e setenta e dois mil, cento e noventa e dois euros e oitenta e seis  
cêntimos). -----

----- Operações Orçamentais - € 2.391.212,64 (dois milhões, trezentos e  
noventa e um mil, duzentos e doze euros e sessenta e quatro cêntimos); -----

----- Operações Não Orçamentais - € 376.562,67 (trezentos e setenta e seis  
mil, quinhentos e sessenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O Senhor Vice-Presidente  
usou da palavra para louvar a forma como decorreram as festas de Alcoutim, e  
agradecer a todos aqueles que colaboraram na sua promoção e organização,  
nomeadamente aos funcionários do município pelo seu empenho, às associações  
envolvidas e também à população em geral, bem como ao comércio local. Sendo  
em sua opinião o maior evento cultural e económico do concelho, e também já  
com bastante relevo a nível regional, o que faz com que seja visitado por  
milhares de pessoas, verificando-se que de ano para ano a afluência é cada vez  
maior. -----

----- **EMPREITADA DE REPARAÇÃO E REMODELAÇÃO DO  
RESERVATÓRIO DE ÁGUA DE MARTIM LONGO – ADIANTAMENTO –**

**Cancelamento de garantia bancária:** Foi presente uma informação da Divisão de  
Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços  
Urbanos, referente ao cancelamento da garantia bancária apresentada pela firma  
CONSDEP – Engenharia e Construção S.A., referente à empreitada em epígrafe.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade  
mandar cancelar a garantia bancária n.º 372406 no valor de € 49.458,06  
(quarenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e seis cêntimos)  
emitida pelo Banco Espírito Santo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da  
Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro,  
para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **PROPOSTA DE CONTRATO PARA PLANEAMENTO, A CELEBRAR COM A EMPRESA ALEOPORTO-INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, LDA., NO ÂMBITO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RURAL (PIER) DAS VÁRZEAS DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, determinar a elaboração de um Plano de Intervenção em Espaço Rural, nos termos do disposto do artigo 74º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), que permitira desenvolver uma operação integrada de planeamento para a área de intervenção de 9,45ha. Aprovar a proposta de contrato para planeamento para elaboração e execução do Plano de Intervenção em Espaço Rural das Várzeas de Alcoutim. Efetuar a devida publicação da deliberação e do contrato para planeamento na II Série do Diário da República, assim como a sua divulgação em dois jornais diários, num semanário de grande expansão nacional e na página da internet do município, em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 74º, da alínea b) do n.º4 do artigo 148º e do artigo 149º. De acordo com o disposto no n.º2 do artigo 77º, propõe-se que o prazo para a formulação de sugestões e demais informações, a considerar no âmbito do respetivo processo de elaboração, seja de 10 dias úteis, no mínimo. Para efeitos de elaboração do PIER, propõe-se que seja fixado um prazo máximo de 24 meses, contados a partir do final do período reservado para a divulgação, apresentação de sugestões e informações. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – EMISSÃO DE PARECER –**

**Requerente: João Agostinho Teixeira:** Foi presente um requerimento João Agostinho Teixeira, solicitando parecer para efeitos do disposto do artigo 54º da Lei n.º 91º/95º de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição em regime de compropriedade do prédio rústico inscrito sob o art.º Matricial n.º 127.0031.0000 com 12,2560 Ha, sito em Sítio do Cerro das Pereiras, Montargil

Freguesia de Martim Longo, em nome de Manuel Francisco Teixeira, e que se destina, segundo informações do requerente, para fins agrícolas. -----

----- O referido prédio rústico será composto por 3 (três) partes, cabendo 1/3 a João Agostinho Teixeira, 1/3 a Maria da Silva Guerreiro e 1/3 a Irene da Silva Teixeira Garras. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **PEDIDOS DE APOIO FINANCEIRO:** -----

----- **FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE MARTIM LONGO:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, com vista à atribuição de apoio financeiro no âmbito da Festa em Honra da Nossa Senhora da Conceição. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de € 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de Martim Longo. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **ASSUNTOS DIVERSOS:** -----

----- **PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS / Requerente: Centro de Desenvolvimento Cultural e Social de Martim Longo** - Foi presente uma informação dos Serviços Administrativos e Financeiros desta Câmara Municipal, para reconhecimento da concessão da isenção das taxas requeridas pelo Centro de Desenvolvimento Cultural e Social de Martim Longo, nos termos do n.º 4 do art.º 10º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e Outras Receitas Municipais. -----

----- O Senhor Vereador Osvaldo Gonçalves não participou na votação deste ponto, por se considerar impedido nos termos do n.º 6 do artigo 90 da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento das referidas taxas.-----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5 –A, de 11 de Janeiro, para efeitos do n.º 4 do referido artigo. -----

----- **LICENCIAMENTO DE HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS ATÉ 1 DE OUTUBRO DE 1979:** A Proposta referente ao assunto em epígrafe, apresentada pela bancada do Partido Socialista em reunião de Câmara de 12 de setembro foi retirada, uma vez que segundo a informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a mesma não está de acordo com a lei vigente. Tendo sido decidido solicitar parecer jurídico.

----- A proposta da retirada deste ponto foi aceite por unanimidade -----

----- O Senhor Vice - Presidente pôs à votação a moção apresentada na reunião anterior, a qual se dá aqui integralmente por reproduzida: ***“MOÇÃO: o executivo manifesta o seu regozijo por o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, Dr. João Casanova de Almeida ter escolhido no País e escola de Martim Longo, Prof. Joaquim Moreira, para a abertura do ano escolar e ao mesmo tempo tenha acedido à solicitação do Município para a Escola que já se encontra em funcionamento há 13 anos. -----***

***Por outro lado, o Município lamenta que durante mais de uma dúzia de anos, não tivesse havido disponibilidade de qualquer membro dos anteriores Governos para inaugurar a escola de Martim Longo, o Centro de Saúde de Alcoutim, ou o Quartel de Bombeiros de Alcoutim.” -----***

----- O Senhor Vereadores da Bancada do PS mantém a mesma posição, referindo novamente que, só aprovam a moção se esta apenas se referir à vinda do Sr. Secretário de Estado da Educação para a inauguração da Escola de Martim Longo, retirando o segundo parágrafo. -----

----- O Senhor Vice - Presidente usou da palavra referindo que o segundo parágrafo não compromete ninguém, apenas faz referência a todos os governos

destes últimos treze anos, nos quais tiveram presentes as duas forças políticas (PS e PSD), o seu conteúdo apenas manifesta o desagrado relativamente à indisponibilidade dos nossos governantes a inaugurarem obras em Alcoutim. ----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto de qualidade exercido pelo Senhor Vice-Presidente e com dois votos contra dos Senhores Vereadores, José Galrito e Osvaldo Gonçalves, aprovar a moção acima referida. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente foi encerrada a reunião, pelas onze horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Técnico Superior, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Vice - Presidente

O Secretário